

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO MUNDIAL: ENTENDENDO A GLOBALIZAÇÃO ATRAVÉS DOS FLUXOS E REDES

Desde o início dos anos 1990 vivemos na chamada "nova ordem mundial". Qual o significado disso?

Uma ordem mundial refere-se às hierarquias nas relações de poder entre os países do mundo. Dessa forma, as ordens mundiais modificam-se a cada oscilação em seu contexto histórico. Portanto, ao falar de uma nova ordem mundial, estamos nos referindo ao atual contexto das relações políticas e econômicas internacionais de poder. Durante a maior parte do século XIX, por exemplo, havia uma ordem unipolar ou monopolar, onde o Reino Unido dominava o comércio internacional e também era a maior economia do mundo. Outro exemplo foi a ordem mundial bipolar durante a segunda metade do século XX (com o fim da 2ª GM), onde existiam duas superpotências econômicas e militares mundiais que disputavam a hegemonia ou supremacia internacional: os Estados Unidos e a antiga União Soviética (URSS).

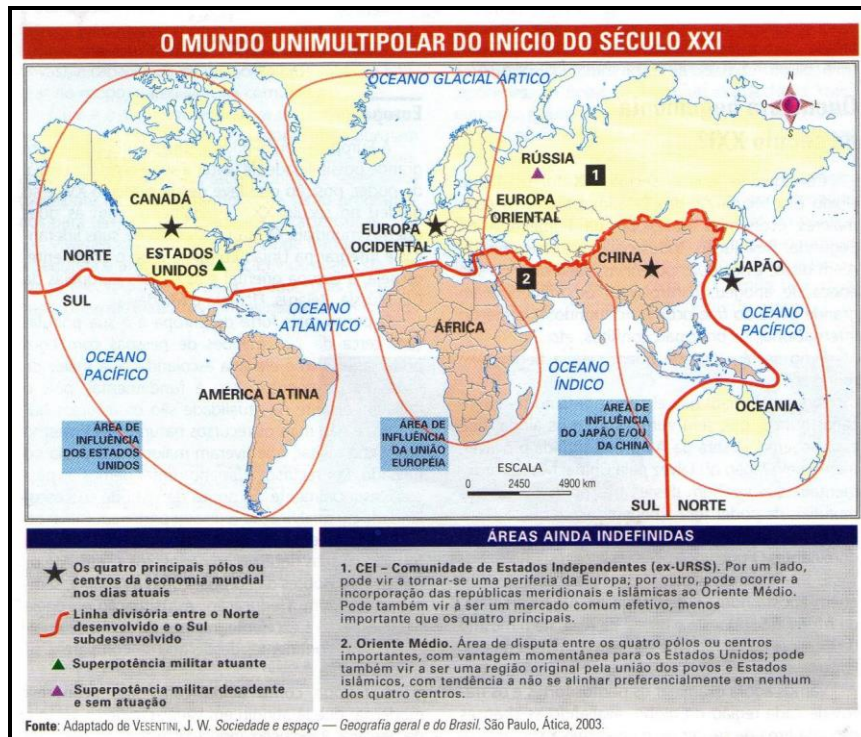
A nova ordem mundial (atual) existe desde 1991 (ano que ocorreu o fim da ex-URSS) e é muito complexa. Do ponto de vista do poderio militar, ela pode ser considerada *unipolar*, ou seja, há apenas uma superpotência no nível planetário, os *Estados Unidos*. Entretanto, tal nomeação não era consenso. Alguns analistas enxergavam que tal soberania pudesse não ser tão notável assim, até porque a ordem mundial deixava de ser medida pelo poderio bélico e espacial de uma nação e passava a ser medida pelo poderio político e econômico. Nesse contexto, nos últimos anos, o mundo passou a buscar um novo termo para designar o novo plano político.

A primeira expressão que pode ser designada para definir a Nova Ordem Mundial é a *unipolaridade*, uma vez que, sob o ponto de vista militar, os EUA se tornaram soberanos diante da impossibilidade de qualquer outro país rivalizar com os norte-americanos nesse quesito.

A segunda expressão utilizada é a *multipolaridade*, pois, após o término da Guerra Fria, o poderio militar não era mais o critério principal a ser estabelecido para determinar a potencialidade global de um Estado Nacional, mas sim o poderio econômico. Nesse plano, novas frentes emergiram para rivalizar com os EUA, a saber: o Japão e a União Europeia, em um primeiro momento, e a China em um segundo momento, sobretudo a partir do final da década de 2000.

Por fim, temos uma terceira proposta, mais consensual: a *unimultipolaridade*. Tal expressão é utilizada para designar o duplo caráter da ordem de poder global: "uni" para

designar a supremacia militar e política dos EUA e “multi” para designar os múltiplos centros de poder econômico. (Mapa 01).



O ponto mais importante na disputa dessa nova ordem *unimultipolar* no século XXI não será quem tem o melhor exército, mas quem tem a economia mais moderna, o melhor padrão ou qualidade de vida para suas populações e a tecnologia mais avançada.

Para entendermos a nova ordem mundial é necessário entendermos a Revolução Industrial desse período, também conhecida como *revolução técnico-científica*, mas antes vamos recordar a Primeira e a Segunda Revolução Industrial.

A Primeira Revolução Industrial foi a que se iniciou na segunda metade do século XVIII e prosseguiu até o fim do século XIX. Ela se originou no Reino Unido e depois se espalhou por outros países e regiões do globo. Seu principal símbolo foi a máquina a vapor e as indústrias mais importantes eram as têxteis (fabricação de tecidos).

A Segunda Revolução Industrial, que se estendeu do fim do século XIX até o fim do XX, foi simbolizada pelo automóvel. A principal fonte de energia era o petróleo e as indústrias de vanguarda eram a automobilística, a petroquímica, a mecânica e a siderúrgica.

A Revolução Industrial da nova ordem mundial (atual) é marcada pela substituição do petróleo por outras fontes de energia (solar, eólica, de origem biomassa, etc.) e por novos setores de vanguarda: a informática, a robótica, a biotecnologia, as telecomunicações, a microeletrônica entre outras. O mais importante agora para o trabalhador não é a força mus-

cular nem o trabalho técnico repetitivo. O mais importante é a criatividade, a flexibilidade, a capacidade de raciocínio e de saber se integrar no grupo, na equipe ou na comunidade.

Nesta nova ordem mundial a globalização¹ torna-se possível na crescente interligação ou interdependência entre todas as economias e povos do planeta². O mercado internacional se torna cada vez mais importante, superando os mercados nacionais. O número de empresas multinacionais — que possuem estabelecimentos em inúmeros países, às vezes no mundo todo — multiplica-se a cada ano. Daí a ideia de interligação mundial atual gerada pela globalização econômica, pode ser reconhecida como redes e fluxos.

A IMPORTÂNCIA DO ENTENDIMENTO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO E A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Para tentarmos entender melhor a ideia de globalização e como ela afeta o espaço geográfico, temos que compreender que o ser humano se encontra em um momento de sua história conhecido como “Meio Técnico-Científico-Informacional”, que vem da ideia de vivermos em um tempo onde a técnica e a ciência junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato.

Pensando nisso o Meio Técnico-Científico-Informacional está presente em todos os espaços, seja urbano ou rural e tudo passa a ser investimento de produção do capital (terra, edifícios, máquinas, fertilizantes, pesticidas etc.) independentemente de sua localização.

Neste ponto chegamos a ideia fundamental onde globalização está ligada principalmente a avanços tecnológicos absorvidos pelo mercado e utilizados como mercadoria a nível internacional. Mas a globalização não forma de fato uma sociedade global e sim sociedades ligadas em rede pelo impulso capitalista.

AS REDES GEOGRÁFICAS

Podemos entender as redes geográficas como um conjunto de locais da superfície terrestre conectados ou interligados entre si. Essas conexões podem ser materiais, digitais e culturais, além de envolver o fluxo de informações, mercadorias, conhecimentos, valores culturais e morais, entre outros.

As redes são as interligações de pontos físicos ou não (oleodutos, gasodutos, canais, autoestradas, aeroportos, tele portos, etc.) no espaço geográfico. Os fluxos circulam pelas redes caracterizando os lugares.

¹ Uma definição de Globalização - é a interdependência de todos os povos e países da superfície terrestre, ou seja, a integração de economias, culturas, línguas, produção e consumo.

² A globalização só foi possível através do desenvolvimento dos meios de transportes e comunicações.

FLUXOS DA SOCIEDADE GLOBAL

Entende-se por fluxos da sociedade global a cadeia interconectada entre as diferentes partes do mundo que permite a circulação – nem sempre livre - de elementos econômicos, informações e pessoas.

- Elementos econômicos - apresentam-se por meio do deslocamento de capitais, empresas, mercadorias e investimentos;
- Informações - o rádio, a TV, as revistas, jornais e, principalmente, a internet;
- Pessoas - a expansão desse fluxo acontece de duas formas: o turismo e a migração.

Portanto, os fluxos podem ser considerados, em muitas abordagens, como a materialização da globalização no espaço geográfico.

Na verdade, não haveria globalização nesse imaginário onde o mundo tem uma sociedade única e sim em uma interligação em redes a partir dos lugares, onde eles respondem com suas próprias realidades a ordem global imposta pelo mercado.

Pensando nisso o processo de globalização não é uma figura astronômica (mundial), e sim o território no qual todos se encontram relacionados e atrelados a partir do mercado. Desde o desenvolvimento do capitalismo, o mundo não é mais o mesmo, sempre há uma ideia econômica onde governos, povos e empresas se relacionam e cria a visão de que tudo está interligado, mas será que está mesmo?

Outra coisa que devemos entender é que mesmo a globalização sendo uma interligação econômica entre povos, com inegáveis benefícios no campo da tecnologia, transportes, comunicação, mercado e serviços, devemos ressaltar que também existem pontos negativos advindos deste fenômeno como a internacionalização do crime e dos criminosos, tornando a ligações de redes e sua fluidez um agente facilitador da expansão da criminalidade.

Perceba, os países e seus povos inseridos nessa mundialização através de fenômenos vinculados ao capitalismo, acabam experimentado a inserção na expansão da criminalidade transfronteiriça³, como por exemplo o narcotráfico que “na busca incessante pelo lucro maior, acobertada pelos avanços tecnológicos nos meios de comunicação, de transporte, impulsionada pelo combustível chamado globalização” (MARWELL, 2008, p. 7), se tornam fatores econômicos importante para população mais pobre que sofre com a desigualdade tão acentuada nesse mundo interligado em rede.

O Brasil tem hoje um papel importante nesta economia mundializada, não somente como mercado consumidor, mas como produtor em todos os setores econômicos. Para en-

³ Que ultrapassa os limites das fronteiras de um país.

tendermos esse papel internacional temos que refletir sobre a ideia que o território de um país pode tornar-se um espaço nacional da economia internacional.

O nosso país é dito em desenvolvimento com características sociais de subdesenvolvimento, devido ter um elevado grau de industrialização. Perdendo somente para a China, que apresentou a maior taxa de crescimento industrial do mundo nas últimas décadas. O nível de desenvolvimento do Brasil na área industrial é tão elevado que chega a superar alguns países desenvolvidos, como Áustria, Austrália, Suécia, Noruega, Nova Zelândia, Dinamarca e outros. Porém, nesses países, o padrão de vida da população é bem mais elevado que o da população brasileira, mesmo quanto ao consumo de produtos industrializados. O Brasil possui uma economia diversificada, isto é, desenvolve um número muito grande de atividades — agrícolas, industriais, comerciais e de serviços, às vezes bastante modernas. Nesse aspecto, é bem diferente dos países subdesenvolvidos. Nesses países, a atividade econômica é muito simplificada, baseando-se num produto principal ou essencial, como a banana, o açúcar ou algum minério.

O PAPEL DO BRASIL NO CENÁRIO MUNDIAL GLOBALIZADO

No Brasil, além de existir um setor industrial forte e variado, a sua agricultura é bastante diversificada com o cultivo de soja, trigo, fumo, algodão, laranja, uva, etc. E no setor terciário brasileiro encontramos atividades modernas (bancos, empresas de seguros e transportes, cadeias de supermercados, etc.) e atividades tradicionais (pequeno comércio, como por exemplo mercearias e bazares). Mas preste atenção, apesar de tudo isso, o Brasil ainda possui em seu território um forte processo de desigualdade social⁴. Veja que a partir da criação do grupo do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil e os demais países membros viram o seu poder econômico e influência geopolítica crescerem. Inseridos em um cenário econômico mundial capaz de discutir, de igual para igual com países desenvolvidos, as questões atuais e definir estratégias que possam beneficiar, não somente empresas, mas também suas populações.

Perceba que nem toda essa importância dada ao Brasil nos últimos anos não foi capaz de reduzir a desigualdade social do nosso país, ou seja, ainda não somos um país desenvolvido. Já tivemos melhoras em questões sociais e na redistribuição de renda, mas temos índices na saúde, educação e renda comparáveis a países bem mais fracos economicamente.

⁴ É a diferença de rendas entre ricos e pobres. Essa diferença é bem maior nos países subdesenvolvidos onde ocorrem grandes disparidades na distribuição de riquezas, ou seja, não há uma distribuição de riquezas equilibrada.

Analise as tabelas abaixo:

OS PAÍSES MAIS RICOS DE 2018

POSIÇÃO	PAÍS	PIB EM TRILHÕES DE DÓLARES
1ª	ESTADOS UNIDOS	US\$ 20,4
2ª	CHINA	US\$ 14,02
3ª	JAPÃO	US\$ 5,05
4ª	ALEMANHA	US\$ 4,1
5ª	REINO UNIDO*	US\$ 2,92
6ª	FRANÇA	US\$ 2,55
7ª	ÍNDIA	US\$ 2,5
8ª	ITÁLIA	US\$ 2,11
9ª	BRASIL	US\$ 2,09
10ª	CANADÁ	US\$ 1,78

Fonte: Banco Mundial (Base de Dados dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial) e CIA The World Factbook. Os valores de PIB são estimativas para o ano de 2018, com base nos PIBs nominais de 2017

*Inglaterra - Escócia - País De Gales - Irlanda Do Norte

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma forma de medir ou tentar medir, o desenvolvimento econômico e, principalmente social de cada país.

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total). Desse modo, os países estão divididos em grupos com IDH baixo (25% dos países), médio (25%), alto (25%) e muito alto (25%).

Conforme relatório divulgado em 2018 pela ONU, o IDH mais alto do mundo pertence a Noruega, com desenvolvimento humano de 0,953. Por outro lado, Níger, um país africano, possui o pior IDH do mundo, 0,354.

IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - 2018

POSIÇÃO	PAÍS	IDH (2018)
1ª	NORUEGA	0,953
2ª	SUIÇA	0,944
3ª	AUSTRÁLIA	0,939
4ª	IRLANDA	0,938
5ª	ALEMANHA	0,936
6ª	ISLÂNDIA	0,935
7ª	HONG KONG	0,933
8ª	SUÉCIA	0,933
9ª	SINGAPURA	0,932
10ª	HOLANDA	0,931
13ª	ESTADOS UNIDOS	0,924
79ª	BRASIL	0,759
188ª	NÍGER	0,354

FONTE: RELATÓRIO 2018 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

OS BLOCOS REGIONAIS

Muitos países estão abdicando de parte de sua soberania para fazer parte de blocos econômicos regionais. Por que será que isso vem acontecendo?

Como vimos, desde o final da Segunda Guerra muitos países têm procurado diminuir as barreiras impostas pelas fronteiras nacionais aos fluxos de mercadorias, capitais, serviços, e até mesmo de mão de obra, na tentativa de aumentar os lucros das empresas, os empregos dos trabalhadores e seus respectivos PIBs.

Os países podem se organizar em diferentes tipos de **blocos regionais**: zonas de livre-comércio, uniões aduaneiras, mercados comuns e uniões econômicas e monetárias.

Numa zona de **livre-comércio**, como o acordo Norte-americano de Livre Comércio (Nafta), que reúne os três países da América do Norte, o objetivo não é muito ambicioso.

Busca-se apenas a gradativa liberalização do fluxo de mercadorias e de capitais dentro dos limites do bloco.

Na **união aduaneira**, um estágio intermediário entre a zona de livre-comércio e o mercado comum, além da abolição das tarifas alfandegárias nas relações comerciais no interior do bloco, é definida uma tarifa Externa Comum, que é aplicada aos países de fora da união. Assim, quando os integrantes do bloco negociam com outros países do mundo, embora haja exceções, utilizam uma tarifa de importação padronizada, igual para todos eles. O Mercosul é um exemplo de união aduaneira, ainda que incompleta.

No **mercado comum**, como a União Europeia (caso único até 2012), a integração é mais ambiciosa. Busca-se a padronização da legislação econômica, fiscal, trabalhista, ambiental, etc., entre os 27 países que compõem o bloco regional. Entre os resultados, estão a eliminação das barreiras alfandegárias internas, a uniformização das tarifas de comércio exterior e a liberalização da circulação de capitais, mercadorias, serviços e pessoas no interior do bloco. No caso da União Europeia, o auge da integração deu-se com a implantação da moeda única, o que exigiu a criação do Banco Central Europeu e a convergência das políticas macroeconômicas. Assim, o bloco atingiu a condição de união econômica e monetária, único exemplo no mundo até o momento, embora continue também funcionando como mercado comum e o estágio mais avançado não abarque todos os países-membros, como veremos a seguir.

Paralelamente à constituição de blocos econômicos, como os mencionados, têm sido estabelecidos acordos bilaterais de livre-comércio que integram países isoladamente ou que pertencem a algum bloco. Por exemplo, o México, que pertence ao Nafta, firmou um acordo com a União Europeia e outro com o Chile, que por sua vez é associado ao Mercosul e tem acordos bilaterais com os Estados Unidos (do Nafta), a China, o Japão, etc. até 15 de janeiro de 2012, o Gatt/OMC recebeu a notificação de 511 acordos de livre circulação de mercadorias e serviços, incluindo a formação de blocos econômicos regionais e arranjos bilaterais, dos quais 319 permaneciam em vigor naquela data.

O processo de globalização e os acordos regionais de comércio têm acentuado a tendência de concentração de capitais, já que as grandes corporações passam a ter uma mobilidade espacial e uma capacidade de competição sem precedentes. Nas últimas décadas tem havido muitas fusões de empresas, tanto em escala nacional quanto global, o que as fortalece nas negociações comerciais e amplia sua influência política em muitos países.

Após a Segunda Guerra as empresas transnacionais têm se movimentado com mais facilidade entre diversos países, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento. No entanto, as fronteiras, os limites territoriais entre os países, com suas normas e impostos aduaneiros, ainda impõem muitas barreiras à circulação de mercadorias, principalmente produtos agrícolas, serviços, capitais e sobretudo pessoas. A busca por reduzi-las de forma multilateral

vem desde a criação do Gatt, mas ainda esbarra em muitos conflitos de interesse, como vimos. Os acordos regionais também não resolvem o problema porque embora reduzam as barreiras no interior de um bloco ainda mantêm muitas delas para os países que são de fora, ou seja, desviam comércio e investimentos. Por isso muitos defendem que o melhor estímulo para a expansão do comércio internacional são os acordos multilaterais no âmbito da OMC. Mas, apesar de suas limitações, após a Segunda Guerra houve uma grande expansão de blocos regionais de comércio. Analisaremos a seguir os mais significativos em cada continente.

UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia (UE) foi criada pelo Tratado de Roma, assinado em 25 de março de 1957 (a integração entrou em vigor apenas em 1º de janeiro de 1958), com o nome de Comunidade Econômica Europeia (CEE). O nome atual só foi adotado no início da década de 1990. Seus primeiros integrantes foram França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo – grupo chamado Europa dos 6.

Os objetivos iniciais da CEE eram recuperar a economia dos países -membros, enfraquecidos econômica e politicamente após a Segunda Guerra, conter a ameaça do comunismo e, ao mesmo tempo, deter o crescente avanço da influência econômica norte-americana. Esses objetivos, muito abrangentes, foram alcançados gradativamente. Somente em 1986, com a assinatura do ato Único, acordo que complementou o tratado de Roma, houve a implantação de um mercado comum propriamente dito. Esse documento definiu objetivos precisos para a integração e estabeleceu o ano de 1993 para o fim de todas as barreiras à livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas. Naquele ano começou a funcionar o Mercado Comum Europeu e os três primeiros objetivos foram postos em prática. A livre circulação de pessoas começou a valer em 1995, quando entrou em vigor a Convenção de Schengen (acordo que prevê a supressão gradativa de controle fronteiriço entre os países signatários).

Em 1991, os países-membros do Mercado Comum Europeu assinaram o Tratado de Maastricht (cidade dos Países Baixos onde se realizou o encontro) por meio do qual definiram os passos seguintes da integração e mudaram a denominação do bloco para União Europeia.

Nesse mesmo tratado os integrantes do bloco também decidiram utilizar uma moeda única, o euro, que começou a circular em 1º de janeiro de 2002. Assim, a UE tornou-se uma união econômica e monetária, com controle cambial e monetário exercido pelo Banco Central Europeu, sediado em Frankfurt (Alemanha). Porém, não são todos os países-membros que fazem parte da chamada Zona do Euro. Em 2012, dezoito países da UE adotavam a moeda única; dos dez que não faziam parte da união monetária, dois – Reino Unido e Dinamarca - optaram por manter suas moedas nacionais, respectivamente a libra esterlina e a coroa

dinamarquesa, e os oito restantes – a Suécia e alguns dos últimos países ingressantes – ainda não tinham preenchido as condições jurídicas e econômicas exigidas para a adoção da moeda única. Um país-membro da UE candidato a fazer parte da Zona do Euro precisa, entre outras medidas, harmonizar sua legislação com os tratados da União Europeia, principalmente a referente ao funcionamento do Banco Central, e ter contas públicas equilibradas e moeda estável perante o euro.

A União Europeia é o maior bloco comercial do planeta: em seus domínios estão cinco países da lista dos dez principais países exportadores - Alemanha, Países Baixos, França, Itália e Bélgica –, mas há também pequenas economias com um comércio externo reduzido, como a Letônia. Em 2011, segundo a OMC, as exportações do conjunto dos 27 países da UE atingiram 6 039 bilhões de dólares (33% do total mundial), e as importações, 6 256 bilhões (34%). Entretanto, a maior parte desse comércio é intrabloco. No mesmo ano, as exportações extra -UE somaram 2 133 bilhões de dólares, e as importações de países de fora do bloco, 2 350 bilhões.

Em 2009, entrou em vigor o Tratado de Lisboa, que substituiu todos os anteriores e deu mais poderes ao Parlamento europeu, alçado ao mesmo patamar decisório da Comissão Europeia (braço executivo do bloco).

Desde a assinatura do tratado de Maastricht, houve um gradativo fortalecimento do Parlamento europeu, cuja sede fica em Estrasburgo (França). Esse órgão representa os cidadãos dos Estados membros: seus parlamentares são eleitos diretamente e tomam decisões que afetam toda a UE. O número de representantes é proporcional à população de cada país.

A UE também dispõe de um poder executivo, a Comissão Europeia, que, por representar o interesse comum do bloco, é independente dos governos nacionais e tem como principal função pôr em prática as decisões tomadas pelo Conselho e pelo Parlamento, ou seja, é o órgão executivo por excelência. Sua sede fica em Bruxelas (Bélgica), considerada a capital da UE. O Conselho da União Europeia representa cada um dos Estados-membros e é o principal órgão de tomada de decisões no âmbito do bloco.

MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) começou a se formar em 1985, nos governos de Raúl alfonsín (Argentina) e José Sarney (Brasil). Para viabilizar o projeto de integração, Brasil e Argentina tiveram de colocar de lado sua tradicional rivalidade e seus projetos hegemônicos na América do Sul, vigentes na época em que eram governados por regimes militares. Várias reuniões foram realizadas entre representantes dos dois governos ao longo dos anos seguintes até que incorporassem o Paraguai e o Uruguai nas negociações e os quatro assinassem o Tratado de Assunção em 1991.

O objetivo inicial do Mercosul era estabelecer uma zona de livre-comércio entre os países -membros por meio da eliminação gradativa de tarifas alfandegárias e restrições não tarifárias, liberando a circulação da maioria das mercadorias. Alcançada essa meta, em 1994 foi assinado o Protocolo de Ouro Preto e fixou -se uma política comercial conjunta dos países do Mercosul em relação a nações não integrantes do bloco, medida que definiu a Tarifa Externa Comum (TEC) e transformou o bloco em união aduaneira. A TEC serve para que todos cobrem um imposto de importação comum, para evitar que algum membro dê tratamento diferenciado a determinado setor e se torne porta de entrada de produtos que depois poderiam circular livremente dentro do bloco. Entretanto, como há uma lista grande de exceções, isto é, de produtos que não se enquadram na TEC, diz -se que o Mercosul é uma união aduaneira imperfeita

O Protocolo de Ouro Preto também criou uma estrutura institucional – composta do Conselho do Mercado Comum e da Comissão de Comércio do Mercosul, entre outros órgãos – para que a integração se aprofunde, chegando – assim se pretende – ao estágio de mercado comum, terceira e mais avançada etapa do processo de integração.

O Chile e a Bolívia assinaram acordos de livre-comércio com o Mercosul em 1996, e o Peru, em 2003. Em 2004, foi decidido que a Colômbia e o Equador seriam incorporados ao bloco como países associados. Isso não significa, porém, a entrada desses países no bloco como membros plenos, mas apenas a abolição gradativa de barreiras alfandegárias, visando estimular o comércio regional. Em julho de 2006, foi assinado o protocolo de adesão da Venezuela como membro pleno do Mercosul, mas para que isso ocorresse era necessário que os Congressos de cada um dos países-membros aprovassem sua entrada. Os parlamentos da Argentina, do Uruguai e do Brasil deram sua aprovação com certa rapidez, mas até o início de 2012 continuava faltando a chancela do Congresso paraguaio. Muitos congressistas brasileiros resistiram em aprovar a entrada da Venezuela com o argumento de que o governo de Hugo Chávez (1999 -2013) não era democrático; o mesmo ocorreu entre seus pares paraguaios, com a diferença de que lá esse sentimento era majoritário e eles frearam o processo de adesão venezuelano. Nos acordos do Mercosul há uma cláusula segundo a qual se um país candidato não respeitar as regras da democracia constitucional não pode ser aceito no bloco e se um país-membro desrespeitá-la é passível de suspensão e até de expulsão do bloco.

Em junho de 2012 o Congresso paraguaio (Câmara dos Deputados e Senado) votou o impeachment (impedimento) do presidente Fernando Lugo, que estava politicamente enfraquecido, em rito sumário consumado em menos de 24 horas, praticamente sem lhe garantir o direito de defesa. Como retaliação pelo que foi considerado uma ruptura da ordem democrática, em encontro de presidentes do Mercosul realizado no mesmo mês em Mendoza (Argentina), o Paraguai foi temporariamente suspenso do bloco até a realização de novas eleições (marcadas para abril de 2013). Aproveitando-se desse fato, os outros três membros

do Mercosul, em reunião extraordinária realizada em Brasília (DF), aprovaram a entrada da Venezuela no bloco, o que ocorreu em 31 de julho de 2012.

Apesar dessa expansão do Mercosul, problemas econômicos e divergências políticas entre o Brasil e a Argentina têm mostrado que deve ser longo o caminho para a implantação do mercado comum, marcado inclusive por retrocessos. A crise Argentina de 2001/2002 causou acentuada queda do PIB do país e conseqüentemente um grande aumento do desemprego e da pobreza, além de redução da capacidade de consumo. Com isso, as exportações brasileiras para o vizinho argentino despencaram nesse período.

A Venezuela foi suspensa do Mercosul, por tempo indeterminado, em dezembro de 2016.

NAFTA

O Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta, na sigla em inglês de North American Free Trade Agreement) foi assinado em 1992 por Estados Unidos, Canadá e México e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994 (observe o mapa). Historicamente os Estados Unidos sempre estimularam o multilateralismo e encaravam com reserva a formação de blocos comerciais por considerá-los uma forma de limitar seus mercados no mundo. O país só concordou com a criação da Comunidade Econômica Europeia, em 1957, porque o acordo ajudaria a consolidar o capitalismo na Europa ocidental e a conter o avanço do comunismo.

No atual mundo globalizado, com o aumento da concorrência e a consolidação da tendência de formação de blocos, os norte-americanos viram no regionalismo comercial um meio de expandir seus interesses econômicos na América. Depois do Nafta, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), envolvendo todos os países americanos (com exceção de Cuba) foi o principal projeto integracionista defendido pelo governo do presidente Bill Clinton (1992-2000), porém, está paralisado desde o início do mandato de George W. Bush (2000-2008). A resistência do Brasil e de seus sócios do Mercosul ao modelo de integração proposto e a perda de prioridade da América Latina, após o ataque às torres gêmeas em 2001 e o envolvimento do governo Bush nas guerras do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003), puseram fim às negociações. A partir de então os Estados Unidos passaram a firmar acordos bilaterais com diversos países da América, como o Chile, e de outros continentes, como a Austrália. Em 2009, a eleição de Barack Obama não mudou essa situação porque sua prioridade foi enfrentar a grave crise financeira que se abateu sobre os Estados Unidos desde o ano anterior e encerrar as guerras no Iraque e no Afeganistão.

O Nafta é um gigantesco mercado consumidor: em 2011 seu PIB era de 18 trilhões de dólares (perceba que é do mesmo tamanho da UE, que tem 27 países-membros). Segundo a OMC, em 2011 as exportações conjuntas dos três países do bloco somaram 2 282 bilhões de dólares e as importações, 3 090 bilhões. Esse enorme déficit comercial é quase todo respon-

sabilidade dos Estados Unidos, que apresentaram naquele ano uma balança comercial desfavorável no valor de 786 bilhões de dólares.

Desde a criação do Nafta houve um grande crescimento do comércio intrabloco, que desviou fluxos de mercadorias de outras regiões, sobretudo da União Europeia. Com a gradativa redução das barreiras alfandegárias entre os três países - membros, essa zona de livre-comércio ampliou significativamente suas trocas comerciais.

A criação do Nafta acentuou a dependência do Canadá e do México em relação aos Estados Unidos, cuja economia em 2010 correspondia a 85% do produto interno do bloco. Em 1986, alguns anos antes da criação da zona de livre-comércio, 78% das exportações do Canadá e 66% das do México iam para os Estados Unidos; em 2005 esses números subiram para, respectivamente, 84% e 80%. Com a crise financeira originada nos Estados Unidos essa dependência foi muito prejudicial aos dois países, o que os levou a buscar uma diversificação de seus mercados de exportação. Isso acabou reduzindo um pouco o peso do mercado norte-americano no comércio exterior de ambos (veja na tabela os números do Canadá). Segundo o FMI, em 2008 o PIB mexicano cresceu 1,3% e em 2009 encolheu 6,8%; já o PIB canadense cresceu 0,4% em 2008 e encolheu 2,6% em 2009. Dos principais países emergentes, como vimos no capítulo anterior, o México foi o que mais sofreu com a crise de 2008/2009.

O NAFTA entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994, mas um novo acordo foi feito e ele terá um novo nome por imposição do presidente americano: USMCA, sigla em inglês para Acordo Estados Unidos, México e Canadá.

APEC

A Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec) foi fundada em 1989 na Austrália, cujo principal objetivo é a criação de uma área de livre comércio entre os países membros. Os integrantes da Apec são: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Filipinas, Rússia, Cingapura, Tailândia, Vietnã, Estados Unidos, além de Taiwan (Formosa) e Hong Kong.